



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 2453/2023-GP, DE 07 DE JUNHO DE 2023

Autoriza a implementação do
Projeto ALMOXARIFADO
INCLUSIVO TJPA: do descarte à
educação.

A Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia do Santos
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a interação e a troca
de experiências entre as diversas comarcas do Estado e com outros Tribunais;

CONSIDERANDO a Portaria nº 3.142/2016 que instituiu o Roteiro
para Gestão de Projetos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição e implementação
do Banco de Boas Práticas de servidores e magistrados, com o intuito de
catalogação de ideias que resultem na melhoria da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO o macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade
e 7.1 Iniciativa Estratégica: Implantar política de sustentabilidade”, parte
integrante do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão do biênio 2023-
2025;

CONSIDERANDO, finalmente, o projeto apresentado pela
servidora EVELISE DE OLIVEIRA RODRIGUES, conforme siga-doc TJPA-MEM-
2023/23277

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a implementação do PROJETO **Almoxarifado Inclusivo TJPA: do descarte à educação**, apresentado pela servidora EVELISE DE OLIVEIRA RODRIGUES, cujo objetivo é promover a gestão sustentável dos materiais de consumo em desuso.



TJPA MEM 2023 23277 A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

Art. 2º Os termos do Almojarifado Inclusivo TJPA: do descarte à educação, devem ser publicados e fazem parte integrante desta Portaria.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 7 de junho de 2023.

MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DO SANTOS
Desembargadora Presidente do TJPA

| | |
|--|---------|
| PUBLICAÇÃO | |
| Publicado na Edição nº | 7614 |
| Diário de Justiça do Estado de | 26/2023 |
| Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência | |



TJPA MEM 202323277A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

PLANO DE PROJETO – ANEXO I

1 IDENTIFICAÇÃO

| | |
|-----------------------------------|--|
| TÍTULO | "ALMOXARIFADO INCLUSIVO TJPA: do descarte à educação". |
| RESPONSÁVEL | EVELISE DE OLIVEIRA RODRIGUES |
| UNIDADE DE LOTAÇÃO DO RESPONSÁVEL | NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL |
| LOCALIZAÇÃO DE ATUAÇÃO DO PROJETO | TJPA – Prédios da Capital e Região Metropolitana. |
| PRAZO DE EXECUÇÃO | JAN/2023 A DEZ/2024 |

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual, conforme a Resolução n.º nº 2 de 1º de fevereiro de 2023, no macrodesafio "Promoção da Sustentabilidade" e na 7.1 iniciativa estratégica "Implantar política de sustentabilidade".

3 JUSTIFICATIVA

O termo "sustentabilidade" passou por uma renovação conceitual, ampliando suas dimensões e seus efeitos sociais, abrangendo, segundo Ignacy Sachs (2002), aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos, políticos nacionais e políticas internacionais. Dessa forma, a sustentabilidade tornou-se uma ferramenta de construção da realidade, ao lado de expressões como participação e solidariedade, unindo os atores sociais em prol de problemas sociais e ambientais.

Portanto, o alinhamento da sustentabilidade a uma educação de qualidade gera diversificados campos para a participação da sociedade civil e instituições, e o Poder Judiciário possui hoje esse perfil participativo e inclusivo, como no presente caso em que itens inservíveis para as rotinas do órgão passam a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

contribuir no suporte material utilizado por crianças e adolescentes da rede pública de ensino, em creches e outras instituições educacionais.

Posto isso, a doação de material de consumo não mais utilizado pelo Tribunal de Justiça, porém, em perfeito estado para ser usado nas atividades escolares, representa um comprometimento do Poder Judiciário com uma educação digna e solidária. Em outro prisma, a doação de itens como mouses, teclados, capas de processos (27.788 capas de processo em desuso foram doadas em 2022), pastas “arquivo”, borrachas, canetas, lápis etc., para reuso pedagógico, constitui uma estratégia para dinamizar a sustentabilidade no órgão e, com isso, diminuir os impactos ambientais que a geração de resíduos acarreta. A Lei n.º 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) observa que a gestão de resíduos deve garantir o máximo de reaproveitamento e reciclagem e a minimização dos rejeitos, portanto, a prática sustentável realizada pelo TJPA enquadra-se em aproveitar a função de um produto até o seu esgotamento, revestindo-o de um valor inclusivo e de qualidade, da mesma forma como preceitua o art. 2º § 1º da Resolução 400/2021, CNJ, em que as *“ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a revisão dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos”*.

Essa prática inovadora do TJPA, ao direcionar os materiais de consumo sem uso nas rotinas judicantes a escolas e creches, visa contribuir para uma educação mais satisfatória e de pertencimento, pois amplia e diversifica as atividades produzidas pelos docentes na aprendizagem e na interação com os discentes, que também terão sua autoestima e motivação elevadas, sem contar que a doação de mouses e teclados fornecem o suporte digital tão necessário às escolas atualmente.

Realizada a organização e separação dos materiais a partir de dezembro de 2021, as doações tiveram início em fevereiro/2022, de uma forma incipiente, e ganharam divulgação e adesão de mais entidades a partir de maio de 2022, conferindo vida útil ao material de almoxarifado que havia perdido sua utilidade, face às novas rotinas digitais, garantindo a eficiência do gasto público





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

e beneficiando entidades educacionais e carentes, com foco no **ODS 4** (Educação de qualidade) e no **ODS 12** (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis), em consonância ao compromisso do judiciário paraense em colaborar com a agenda 2030, da ONU, reduzindo os impactos provenientes de suas atividades.

Por fim, essa é uma prática a ser replicada por outros órgãos do Poder Judiciário, haja vista a importância na destinação ambientalmente e socialmente correta que objetos de consumo, em desuso, venham a representar para instituições carentes e essenciais às gerações futuras.

4 PÚBLICO-ALVO

- Escolas públicas, creches e casas de acolhimento para crianças.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL: Promover a gestão sustentável dos materiais de consumo em desuso.

5.2 ESPECÍFICO

- Eficiência do gasto público ao reduzir o excesso de materiais e prevenir futuros estoques obsoletos.
- Contribuir para uma educação inclusiva e de qualidade para crianças e adolescentes.
- Elevar a autoestima e a motivação dos discentes em escolas públicas.
- Reduzir substancialmente a geração de resíduos através do reuso.
- Incentivar outros órgãos a reiterar essa prática na destinação de seus materiais de consumo.

6 METAS

- Doar 100% do material de consumo em desuso existente no almoxarifado ou encaminhados pelas unidades do TJPA ao Núcleo Socioambiental, semestralmente, para as 11 (onze) instituições parceiras.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

7 METODOLOGIA

- Identificação dos materiais existentes no almoxarifado, organizados em uma planilha.
- Verificação da situação dos itens (testagens de canetas, separação de capas ou outros tipos de papeis que estivessem com mofo pela umidade etc.)
- Ofício à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMEC) e à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (SEDUC) para oferecimento dos materiais.
- Contato com escolas públicas nas proximidades do tribunal e com creches sobre o interesse nos materiais.
- Elaboração de documentos (termos de entrega) com as devidas especificações a cada instituição beneficiada.
- Monitoramento contínuo junto ao almoxarifado e aos setores do tribunal quanto ao material em bom estado que perdeu sua utilidade nas atividades diárias.

8 CRONOGRAMA

| ETAPA | PRAZO | PRODUTO | QUANTIDADE | RESPONSÁVEL |
|---|-----------------------|--------------------------------|---|-----------------------|
| Identificação e organização dos materiais | JAN/2023 A DEZ/2024 | Materiais organizados | Indeterminado | Núcleo Socioambiental |
| Separação dos materiais | FEV/2023 A DEZ/2024 | Materiais em bom estado | 33.200, aproximadamente, até março/2023 | Núcleo Socioambiental |
| Contato com as instituições | MARÇO/2023 A DEZ/2024 | Contato concluído | 20 | Núcleo Socioambiental |
| Entrega dos materiais | ABRIL/2023 A DEZ/2024 | Material doado às instituições | 20 | Núcleo Socioambiental |

9 RECURSOS

- Sem custos para a execução do projeto.

10 EQUIPE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

| NOME | CARGO/UNIDADE | PAPEL/CONTRIBUIÇÕES |
|---------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|
| Evelise Rodrigues | Coordenadora Núcleo Socioambiental | Divulgação e gerência do projeto |
| Terezinha Lobato | Analista Núcleo Socioambiental | Divulgação e gerência do projeto |
| Maria Estelina Terto do Rosário | Técnica Núcleo Socioambiental | Execução do projeto |

11 PARCEIROS EXTERNOS

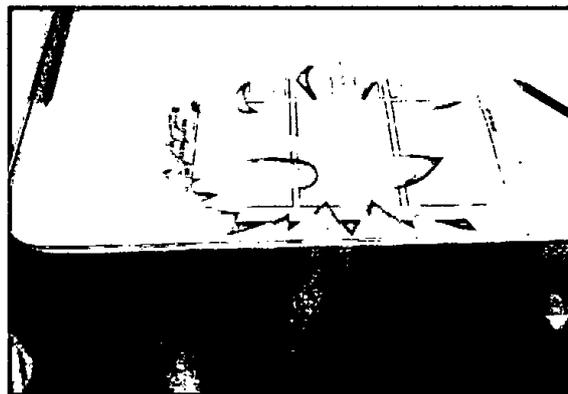
| NOME/INSTITUIÇÃO | ÁREA | PAPEL/CONTRIBUIÇÕES |
|-------------------------------------|----------|-------------------------|
| "Fazendinha da Esperança" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "Oásis Infantil" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "Creche Escola Iris" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "Casa da Criança Santa Inês" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "Escola Albaniza de Oliveira Lima" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "E.E.E. F. 15 de Outubro" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "E.M. Theodor Badott" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "E.M. Inês de Mendonça Maroja" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "Rita Nery" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "EEEF - Waldemar Ribeiro" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |
| "WMEIF Ogilvanise Moreira de Moura" | EDUCAÇÃO | Instituição contemplada |

12 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência



Mais de 300 alunos e alunas da Escola de Atividade Complementar Fazendinha Esperança, localizada em Marituba, realizaram uma Oficina de Carnaval com capas de processo e demais materiais em desuso do Judiciário paraense, doados pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). No período de 14 a 18 de fevereiro, foram confeccionadas máscaras e demais fantasias pelos (as) estudantes, com idade entre 3 e 15 anos. Todos os adereços criados foram utilizados no dia 24 de fevereiro, quando foi realizada a festa de carnaval da escola. No total, a escola recebeu 200 capas de processos para a atividade. (<https://portaltj.i.tj.pa.gov.br/PortalInterno/imprensa/noticias/Informes/1516189-oficina-de-carnaval-utiliza-material-doado-pelo-judiciario-paraense.xhtml>)

